



## SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

**HABEAS CORPUS Nº 638737 - RJ (2021/0002032-2)**

**RELATOR** : **MINISTRO NEFI CORDEIRO**  
**IMPETRANTE** : VICTOR YURI DE PAULA COSTA E OUTRO  
**ADVOGADOS** : CINTIA BOSON DE CASTRO ANDRADE - MG143841  
VICTOR YURI DE PAULA COSTA - MG198527  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
**PACIENTE** : FELIPE ALVES (PRESO)  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

### DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de FELIPE ALVES em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (Recurso em Sentido Estrito n. 0006407-03.2018.8.19.0029).

O paciente foi preso preventivamente, tendo sido pronunciado como incurso no art. 121, § 2º, inciso IV, c/c o art. 14, inciso II, ambos do CP. Foi mantida a prisão preventiva.

Interposto recurso em sentido estrito no Tribunal de Justiça Estadual, a insurgência foi desprovida.

Os impetrantes sustentam que não haveria motivos concretos para manutenção da prisão do paciente, pois não estariam caracterizados os requisitos previstos no art. 312 do CPP.

Requerem, liminarmente e no mérito, a concessão da ordem para que seja expedido alvará de soltura em favor do paciente.

É, no essencial, o relatório. Decido.

A matéria de fundo não foi apreciada no acórdão impugnado. Assim, o Superior Tribunal de Justiça não pode dela conhecer, sob pena de indevida supressão de instância. Confira-se precedente sobre a questão:

AGRAVO REGIMENTAL NO HABEAS CORPUS. EXECUÇÃO PENAL. CUMPRIMENTO DE PENA EM PRISÃO DOMICILIAR. RECOMENDAÇÃO 62/2020 DO CNJ. COVID-19. GRUPO DE RISCO. CRIME VIOLENTO. CONDIÇÃO DE SAÚDE.

AUSÊNCIA DE DEMONSTRAÇÃO DE POSSIBILIDADE DE AGRAVAMENTO. RECÁLCULO DA PENA. INOVAÇÃO RECURSAL. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. ILEGALIDADE. AUSÊNCIA. AGRAVO IMPROVIDO.

[...]

3. A matéria relativa ao recálculo da pena para fins de progressão de regime, além de representar indevida inovação recursal, não foi objeto de análise pelo Tribunal de origem, motivo pelo qual esse ponto não poderá ser conhecido por esta Corte Superior, sob pena de indevida supressão de instância.

4. Agravo regimental improvido. (AgRg no HC n. 579.110/SP, relator Ministro Nefi Cordeiro, Sexta Turma, DJe de 14/9/2020.)

Ante o exposto, com fundamento no art. 21, XIII, *c*, *c/c* o art. 210 do RISTJ, indefiro liminarmente o presente *habeas corpus*.

Cientifique-se o Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 09 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente